



Rankings internacionais de sustentabilidade: reflexões sobre os limites da Agenda 2030 como métrica de impacto social da produção acadêmica das universidades¹

International sustainability rankings: reflections on the limits of the 2030 Agenda as a metric of the social impact of universities' academic output

Rankings internacionales de sostenibilidad: reflexiones sobre los límites de la Agenda 2030 como métrica de impacto social de la producción académica de las universidades

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

DOI: 10.21530/ci.v21n2.2026.1619

Terra Friedrich Budini²
Jefferson de Oliveira Silva³
Natália Maria Félix de Souza⁴
Mariana Jansen Ferreira⁵

- 1 Esta pesquisa recebeu apoio financeiro do Plano de Incentivo à Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Pipeq/PUC-SP).
- 2 Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professora do curso de Relações Internacionais e do PPG em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais da PUC-SP, São Paulo – SP, Brasil. (tfbudini@pucsp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3181-9663>.
- 3 Doutor em Ciência da Computação pela Universidade de São Paulo. Professor e pesquisador do Instituto de Tecnologia e Liderança (Inteli), da PUC-SP e da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), São Paulo – SP, Brasil. (jefferson.oliveira@prof.inteli.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0268-670X>.
- 4 Doutora em Relações Internacionais pela PUC-Rio. Professora do curso de Relações Internacionais e dos PPGs em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais (GGFPI) e Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) da PUC-SP, São Paulo – SP, Brasil. (nmfsouza@pucsp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9914-8985>.
- 5 Doutora em Saúde Pública na Universidade de São Paulo. Professora no Instituto de Economia – Unicamp, Campinas – SP, Brasil. (mjansen@unicamp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3209-8511>.

Artigo submetido em 01/09/2025 e aprovado em 08/06/2026.





Resumo

Os *rankings* internacionais de sustentabilidade têm se consolidado como instrumentos de avaliação do impacto social das universidades, tendo como referência estruturante os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Partindo da pergunta sobre como a adoção dessa métrica pelos *rankings* afeta a produção acadêmica universitária, este artigo argumenta que tais *rankings* tendem a gerar invisibilidades sistemáticas nesse campo. Para demonstrar esse argumento empiricamente, realizamos um mapeamento bibliométrico das dissertações e teses da PUC-SP entre 2017 e 2021, aplicando e testando a metodologia de classificação da plataforma SciVal/Elsevier e construindo *strings* complementares para o ODS 17 e para o tema da desigualdade racial. Os resultados mostram que 78% dos 4.956 trabalhos analisados não foram classificados por nenhum ODS, e que as *strings* complementares identificaram 182 trabalhos adicionais inteiramente invisíveis para os critérios dos *rankings*. Esses achados evidenciam que as invisibilidades produzidas não são limitações técnicas inevitáveis, mas reflexo de escolhas metodológicas e políticas que transferem para o campo acadêmico as disputas que marcaram a própria construção da Agenda 2030.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Universidades; Rankings; Agenda 2030; ODS; Desigualdade Racial.

Abstract

International sustainability rankings have consolidated themselves as instruments for assessing the social impact of universities, using the Sustainable Development Goals (SDGs) as a structuring reference. Drawing on the question of how the adoption of this metric by rankings affects university academic output, this article argues that such rankings tend to produce systematic invisibilities in this field. To demonstrate this empirically, we conducted a bibliometric mapping of master's dissertations and doctoral theses defended at the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP) between 2017 and 2021, applying and testing the thematic classification methodology of the SciVal/Elsevier platform and constructing complementary search strings for SDG 17 and the theme of racial inequality. The results show that 78% of the 4,956 works analyzed were not classified under any SDG, and that the complementary strings identified 182 additional works entirely invisible to the rankings' classification criteria. These findings demonstrate that the invisibilities produced are not inevitable technical limitations, but the reflection of methodological and political choices that transfer to the academic field the disputes that marked the very construction of the 2030 Agenda.

Keywords: Sustainability; Universities; Rankings; 2030 Agenda; SDGs; Racial Inequality.





Resumen

Los rankings internacionales de sostenibilidad se han consolidado como instrumentos de evaluación del impacto social de las universidades, utilizando los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) como referencia estructurante. Partiendo de la pregunta sobre cómo la adopción de esta métrica por los rankings afecta la producción académica universitaria, este artículo argumenta que dichos rankings tienden a producir invisibilidades sistemáticas en este campo. Para demostrar este argumento empíricamente, realizamos un mapeo bibliométrico de las disertaciones de maestría y tesis doctorales defendidas en la Pontificia Universidad Católica de São Paulo (PUC-SP) entre 2017 y 2021, aplicando y poniendo a prueba la metodología de clasificación temática de la plataforma SciVal/Elsevier y construyendo cadenas de búsqueda complementarias para el ODS 17 y el tema de la desigualdad racial. Los resultados muestran que el 78% de los 4.956 trabajos analizados no fueron clasificados en ningún ODS, y que las cadenas complementarias identificaron 182 trabajos adicionales completamente invisibles para los criterios de clasificación de los rankings. Estos hallazgos evidencian que las invisibilidades producidas no son limitaciones técnicas inevitables, sino el reflejo de decisiones metodológicas y políticas que transfieren al campo académico las disputas que marcaron la propia construcción de la Agenda 2030.

Palabras clave: Sostenibilidad; Universidades; Rankings; Agenda 2030; ODS; Desigualdad Racial.

Introdução

A criação de indicadores internacionais no tema da sustentabilidade tem crescido de forma acelerada nas últimas décadas e influenciado de maneira crescente a formulação de políticas nacionais e locais. Tal processo reflete o desenvolvimento de dois fenômenos paralelos: por um lado, a proliferação de indicadores e rankings nas mais variadas áreas (como o *Worldwide Governance* e o *Doing Business* do Banco Mundial, ou o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, por exemplo⁶) e, por outro, o crescimento dos debates sobre o desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 das Nações Unidas revela justamente a convergência dos dois fenômenos, na medida em que construiu um conjunto de 169 metas e centenas de indicadores para medir o desempenho em 17 Objetivos de

6 Para acesso aos *rankings*, ver: Worldwide Governance Indicators (<https://info.worldbank.org/governance/wgi/>), Doing Business (<http://www.doingbusiness.org>) e o PISA/Avaliação Internacional dos Estudantes (<https://www.oecd.org/pisa/>).





Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS significaram uma mudança normativa e metodológica, tendo em vista o estabelecimento de metas globais como parte de normas internacionais, em um movimento de “governança por números” (Fukuda-Parr e McNeill 2019) ou “governança por indicadores” (Davis et al. 2012).

Essa lógica normativa não se restringe aos Estados e às políticas públicas nacionais. A Agenda 2030 tem sido crescentemente apropriada por diferentes atores, articulando-se em múltiplas escalas e institucionalidades — entre elas, os sistemas de avaliação universitária. Dois dos principais *rankings* internacionais de universidades introduziram a sustentabilidade como dimensão de avaliação, apoiando-se conceitual e metodologicamente nos ODS: o *QS Sustainability Ranking* e, particularmente, o *Times Higher Education Impact Rankings*, que utiliza os 17 ODS como referência principal para definir critérios de impacto, com base, entre outros critérios, na classificação bibliométrica de publicações acadêmicas pela plataforma SciVal/Elsevier (Bédard-Vallée, James e Roberge 2023). A adesão a esse tipo de avaliação tem crescido significativamente, sinalizando uma reconfiguração dos modos pelos quais as universidades constroem legitimidade, visibilidade internacional e prestígio acadêmico diante de agendas globais de desenvolvimento (Smolennikov et al. 2024; Bautista-Puig, Orduña-Malea e Perez-Esparrells 2021; De la Poza et al. 2021).

Esses instrumentos trazem contribuições relevantes: promovem maior transparência e comparabilidade entre instituições, incentivam a produção científica vinculada a agendas sociais e oferecem subsídios para a gestão universitária (Leal Filho et al. 2024; Smolennikov et al. 2024). No entanto, ao adotar os ODS como referência estruturante de impacto social, os *rankings* de sustentabilidade tendem a produzir invisibilidades sistemáticas na produção acadêmica. Áreas do conhecimento com forte ancoragem local, produções em línguas não hegemônicas, pesquisas de natureza teórica ou crítica e agendas que não se encaixam nas taxonomias internacionais tendem a ser sub-representadas ou simplesmente apagadas (Ndofirepi 2017; Lee e Naidoo 2021; Bautista-Puig, Orduña-Malea e Perez-Esparrells 2021; De la Poza et al. 2021). O problema, portanto, não é apenas técnico, é também político e epistemológico, pois a escolha dos ODS como parâmetro de avaliação reflete disputas sobre o que conta como conhecimento relevante e sobre quem define os critérios de impacto social na produção universitária (Ndofirepi 2017; Leal Filho et al. 2024; Lee e Naidoo 2021).

A incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como referência estruturante dos *rankings* internacionais de sustentabilidade — e, mais





recentemente, dos critérios de avaliação da CAPES no Brasil — pressupõe que essa taxonomia seja capaz de captar adequadamente a diversidade da produção acadêmica universitária. Ao transferir para o campo acadêmico as disputas políticas e epistemológicas que marcaram a construção da própria Agenda 2030, contudo, essa adoção pode produzir invisibilidades sistemáticas, sobretudo para agendas de pesquisa vinculadas a contextos locais e ao Sul Global.

Diante disso, este artigo parte da seguinte questão de pesquisa: como os rankings internacionais de sustentabilidade aplicados às universidades, ao adotarem os ODS como referência estruturante de impacto social, tendem a produzir invisibilidades sistemáticas na produção acadêmica universitária? Este artigo busca demonstrar esse problema empiricamente, a partir da análise da produção acadêmica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) entre 2017 e 2021. Para isso, aplicamos a metodologia de classificação temática desenvolvida pela plataforma SciVal/Elsevier, a mesma empregada pelo *THE Impact Rankings*, ao conjunto de dissertações e teses defendidas na universidade no período. O objetivo geral, contudo, não é apenas replicá-la, mas testá-la, para revelar o que ela captura, o que deixa de fora e por quê. Para tanto, construímos *strings* de busca complementares para o ODS 17 — relativos a parcerias e meios de implementação, explicitamente excluído da classificação bibliométrica da Elsevier sob a justificativa de que remete à ação institucional e não à produção acadêmica — e para o tema da desigualdade racial, que não teve indicadores designados no ODS relativo às desigualdades (ODS 10). Frente à centralidade do tema na realidade brasileira, o país anunciou formalmente a inclusão de um novo Objetivo focado na igualdade étnico-racial (ODS 18) em 2023, conforme será discutido adiante. Esses dois casos ilustram, de forma concreta, como escolhas metodológicas aparentemente técnicas produzem exclusões com consequências políticas e institucionais.

Além disso, a diversidade regional é um aspecto crucial a ser considerado nesse debate. Universidades do Sul Global enfrentam contextos e desafios distintos que podem não ser adequadamente capturados por indicadores padronizados a partir da realidade de países do Norte Global. Nesse sentido, o caso da PUC-SP oferece uma perspectiva situada para discutir os limites dos rankings de sustentabilidade, contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre como as universidades podem engajar-se criticamente com esses instrumentos sem se tornarem reféns de suas métricas.





O artigo está organizado da seguinte forma: a próxima seção insere a Agenda 2030 no debate mais amplo sobre governança por indicadores, ressaltando as disputas políticas e epistemológicas embutidas na definição de métricas globais. Em seguida, discutimos a incorporação da sustentabilidade nos rankings universitários internacionais, explorando seus alcances e limitações estruturais. Finalmente, apresentamos a análise empírica da produção da PUC-SP, detalhando os procedimentos metodológicos adotados — incluindo os testes com o ODS 17 e o ODS 18 — e destacando os principais achados, de modo a oferecer subsídios tanto para a reflexão crítica quanto para o aprimoramento das práticas de avaliação do impacto social e científico das universidades.

Sustentabilidade, governança por indicadores e a Agenda 2030

A consolidação da Agenda 2030 das Nações Unidas sinaliza a convergência de duas tendências centrais da governança global contemporânea: a ascensão da governança por números e a institucionalização da sustentabilidade como eixo normativo. Conforme argumentam Broome e Quirk (2015), a governança por números constitui um conjunto de práticas que traduzem valores normativos em métricas comparativas — índices, *benchmarks*, *rankings* — capazes de induzir comportamentos e estruturar prioridades políticas. Ao quantificar performances e permitir comparações padronizadas, esses instrumentos operam como tecnologias de poder indireto, produzindo regimes de visibilidade que orientam a ação política sem necessidade de coerção direta. Para Davis et al. (2012), os indicadores atuam na interseção entre conhecimento técnico e autoridade normativa, reconfigurando processos decisórios, formas de contestação e hierarquias no sistema internacional.

No campo do desenvolvimento, esse modelo de governança à distância adquiriu especial relevância, sustentado por uma retórica de objetividade e neutralidade técnica. Um marco importante nesse processo foi a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em vigor entre 2000 e 2015. Estruturados com base em metas quantificáveis e prazos definidos, os ODM consolidaram a lógica da mensuração como instrumento central de coordenação global, com escassa participação por parte dos países do Sul e predomínio dos interesses dos países doadores (Garcia 2005). A Agenda 2030 retomou e ampliou essa racionalidade ao estabelecer um aparato mais abrangente de 169 metas e mais de 230 indicadores para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável





(ODS). Embora seu processo de formulação tenha sido mais aberto — com maior participação de países do Sul Global e consulta a atores da sociedade civil —, a definição dos indicadores revelou uma tensão persistente entre técnica e política (Fukuda-Parr e McNeill 2019). A escolha dos indicadores se mostrou um campo decisivo de disputa, condicionando a interpretação e a operacionalização das metas. Ao analisar o processo de inclusão de um objetivo específico para a redução das desigualdades, Fukuda-Parr (2019), por exemplo, demonstra que as tensões entre países do Norte e do Sul Global não se encerraram na definição formal do ODS 10 e de suas metas, tendo se prolongado na seleção dos indicadores utilizados para mensurá-las, com implicações diretas sobre o alcance e o sentido normativo do objetivo (por exemplo, como será discutido adiante, com a exclusão de indicadores específicos para avaliação e monitoramento de desigualdades étnico-raciais).

O fenômeno da “governança por números”, impulsionado por uma explosão de auditorias e pela multiplicação de *benchmarks* produzidos por organizações internacionais e ONGs desde os anos 1980, ampliou a influência desses dispositivos sobre o comportamento de Estados e atores transnacionais (Broome e Quirk 2015). Conceitos sociais complexos, como desenvolvimento e democracia, tendem a ser transformados em categorias fixas e descontextualizadas, gerando aparente autoridade técnica e neutralidade objetiva. No entanto, como alertam Fukuda-Parr e McNeill (2019), a escolha dos indicadores, frequentemente apresentada como uma decisão técnica, é, em sua essência, profundamente política. Essa tensão entre a aparente objetividade dos números e a dimensão política subjacente não desaparece quando os indicadores migram do plano estatal para outros setores: ao contrário, tende a se aprofundar, na medida em que os critérios de avaliação são transferidos para contextos institucionais com lógicas, missões e realidades muito distintas daquelas que os originaram.

A difusão dos ODS tem extrapolado o âmbito estatal e se manifestado em múltiplas escalas e setores. No setor privado, sua adoção tem ocorrido frequentemente sob uma lógica reputacional, muitas vezes instrumentalizando os indicadores para estratégias de sustentabilidade que não desafiam estruturas produtivas ou lógicas extrativistas (Silva 2021). No plano municipal, cidades têm incorporado os ODS em seus planejamentos estratégicos e em Revisões Locais Voluntárias (RLVs), mas enfrentam entraves metodológicos, financeiros e de coordenação entre escalas (Suri, Miraglia e Ferrannini 2021 ; Ortiz-Moya e Reggiani 2023; Ojeda-Medina 2020). No campo universitário, *rankings* como o





THE Impact Rankings e o *QS Sustainability* introduzem uma nova gramática de avaliação institucional baseada em indicadores de impacto social (De la Poza et al. 2021). Esses instrumentos propõem mensurar o alinhamento das instituições de ensino superior com os ODS, considerando aspectos como pesquisa, extensão universitária, políticas institucionais e práticas de governança.

É precisamente nesse ponto que a tensão entre objetividade dos números e a arbitrariedade de algumas escolhas se torna mais consequente para as universidades. Ao adotar os ODS como referência estruturante, esses *rankings* definem o que conta como impacto social, transferindo para o campo acadêmico as disputas políticas e controvérsias que marcaram a própria construção da Agenda 2030. O próprio processo de construção da Agenda 2030 foi inerentemente político, marcado por disputas e conflitos sobre o que seria incluído ou excluído, conforme demonstrado na literatura (Fukuda-Parr e McNeill 2019; Winkler e Satterthwaite 2017; Lezama 2019). Ao ser transposto para a avaliação do impacto social da produção acadêmica das universidades, áreas do conhecimento, tradições epistemológicas e agendas de pesquisa que não se encaixam nos marcos normativos da Agenda 2030 tornam-se, por essa lógica, academicamente invisíveis. Essa dinâmica é particularmente problemática para universidades do Sul Global, cujas produções frequentemente dialogam com contextos locais, línguas não hegemônicas e questões que escapam às taxonomias construídas a partir de realidades dos países desenvolvidos, conforme discutiremos adiante.

A inclusão da sustentabilidade nos rankings universitários internacionais: impacto e limitações

A expansão dos ODS para o campo universitário se insere em um processo mais amplo de proliferação de *rankings* internacionais de universidades que, nas últimas duas décadas, transformaram os modos pelos quais as instituições de ensino superior constroem legitimidade, competem por recursos e definem suas estratégias institucionais. Os *rankings* universitários modernos têm raízes nos Estados Unidos, onde exercícios nacionais de classificação existem desde 1895, mas a era dos *rankings* globais é geralmente associada ao lançamento do *Academic Ranking of World Universities* (ARWU) em 2003, desenvolvido pela Universidade Jiao Tong de Xangai a partir de uma missão do governo chinês para criar “universidades de classe mundial” (Gadd 2021; Leal Filho et al. 2024).





Em seguida, a britânica *Times Higher Education* (THE) lançou seu ranking em 2004 e a Quacquarelli Symonds (QS) em 2010 (Wolhuter 2022; Ndofirepi 2017). A rápida expansão desses instrumentos está associada, por um lado, à adoção da lógica de mercado no ensino superior a partir dos anos 1990, com ênfase em competição e performatividade (Wolhuter 2022); por outro, à demanda crescente por transparência e prestação de contas no uso de recursos públicos, que levou gestores universitários a adotarem um “modelo de gestão por métricas” baseado em pontuações quantitativas (Leal Filho et al. 2024; De la Poza et al. 2021).

De acordo com Mukhlisakhon (2025), rankings internacionais como o *THE Impact Rankings* e o *QS Sustainability* têm se consolidado como forças que moldam identidades institucionais, influenciam políticas nacionais e intensificam a competição global no ensino superior. Seu impacto vai além da visibilidade, ao afetar a alocação de recursos, o planejamento estratégico e a percepção pública das universidades. Para instituições bem posicionadas, os efeitos positivos incluem crescimento associado ao aumento de matrículas, maior volume de publicações científicas, expansão da cooperação internacional e captação ampliada de recursos para pesquisa (Mukhlisakhon 2025). Os *rankings* fomentaram ainda maior transparência dos dados e viabilizaram a comparação entre instituições de ensino superior, o que antes não poderia ser feito de forma tão sistematizada. Cabe também destacar que a existência dos *rankings* tornou-se um mecanismo relevante para a tomada de decisão de jovens na escolha de onde estudar e proporcionou a sistematização de indicadores que contribuem para a autorreflexão institucional, embasando a gestão universitária (Marcovitch 2018; Righetti e Gamba 2019).

Contudo, a literatura aponta que os *rankings* tendem a apresentar uma lógica predominantemente unidimensional (Gadd 2021), com foco excessivo na quantidade de publicações (Bautista-Puig, Orduña-Malea e Perez-Esparrells 2021; De la Poza et al. 2021) e pouca capacidade de captar a relevância das instituições em atividades de ensino, extensão e em pesquisas não *mainstream* (Lee e Naidoo 2021; Wolhuter 2022; Ndofirepi 2017; Gadd 2021; Daraio, Bonaccorsi e Simar 2015). Além disso, são frequentemente criticados por limitações de robustez estatística em seus métodos de classificação e por indicadores fortemente dependentes do tamanho e da área de atuação das universidades, favorecendo instituições de grande porte e com produção concentrada em determinados campos (Axel-Berg 2018).

Nos primeiros anos, entre 2004 e 2010, os *rankings* tenderam a concentrar sua avaliação em indicadores bibliométricos, priorizando a quantidade de publicações, sua presença em revistas de prestígio e o número de citações de





artigos científicos. A partir da década de 2010, passou a ocorrer uma maior diferenciação entre os *rankings*, com a incorporação de métodos híbridos de avaliação, como pesquisas de opinião, além da disseminação de *rankings* por área de conhecimento e com foco em especificidades regionais, como no caso do QS *América Latina* (Righetti 2018).

Entre 2012 e 2015, a criação dos princípios do Manifesto de Leiden, da Declaração de São Francisco sobre Avaliação de Pesquisa (DORA) e do relatório *The Metric Tide* representou avanços importantes na reflexão sobre o uso de métricas na avaliação do desempenho das universidades. O Manifesto de Leiden (Hicks et al. 2015) reúne dez princípios para o uso responsável de indicadores, defendendo que métricas quantitativas apenas complementem a revisão por pares, sejam ajustadas à missão institucional e baseadas em dados transparentes, de modo a evitar distorções na ciência. A DORA, lançada em 2012 e divulgada em 2013, conclama agências, universidades e periódicos a abandonar o uso do *Journal Impact Factor* como atalho de qualidade e a julgar cada trabalho por seus próprios méritos, incorporando critérios amplos e qualitativos em decisões de financiamento, contratação e promoção (DORA s.d.). Já *The Metric Tide* (Wilsdon et al. 2015), relatório independente para o governo britânico, cunhou a expressão *responsible metrics* ao examinar as correlações entre métricas e avaliação por pares, recomendando a criação de mecanismos de governança institucional e o monitoramento de efeitos indesejados da quantificação na pesquisa. Em síntese, apesar das diferentes premissas, é possível identificar pontos comuns nesses referenciais: a recomendação de que dados quantitativos e bibliométricos sejam elementos complementares, e não únicos, da avaliação; a importância de métricas qualitativas; transparência dos indicadores; foco na pesquisa de acesso aberto; alinhamento com a missão institucional; e prioridade aos efeitos econômicos e sociais das pesquisas, incluindo sua capacidade de contribuir para a inclusão, diversidade e sustentabilidade.

A partir de 2018, os *rankings* começaram a incorporar métricas de impacto social diretamente conectadas ao debate sobre sustentabilidade. No caso do THE, isso ocorreu mediante a criação do *THE Impact Rankings*, que parte dos 17 ODS para mapear o desempenho das universidades em relação às metas de sustentabilidade. O *ranking* foi testado em 2019 e teve seus primeiros resultados apresentados em 2020. Os dados de 2021 mostram a participação de 38 instituições brasileiras, dentre 1.117 no mundo. Para serem avaliadas, as universidades não precisam responder aos indicadores de todos os 17 ODS: a participação pode





ser feita com a seleção de três ODS de escolha da instituição, sendo a resposta ao ODS 17 obrigatória (THE 2021). Já o QS lançou em 2021 o *ranking QS ESG Metrics* e, após críticas ao viés empresarial do conceito de ESG, o reconfigurou em 2022 como *QS Sustainability Rankings*, com metade da avaliação vinculada ao impacto social e metade ao impacto ambiental. Embora ambos os *rankings* tenham convergido nos critérios voltados à sustentabilidade, suas metodologias gerais diferem substancialmente (Mukhlisakhon 2025): o THE atribui pesos elevados ao ambiente de ensino, à pesquisa e ao impacto científico, enquanto o QS mantém peso relevante para a reputação acadêmica e empregatícia⁷.

Esses desenvolvimentos revelam uma tensão que percorre toda a trajetória dos *rankings* universitários e que se intensifica com a incorporação dos ODS: a coexistência entre a suposta objetividade das métricas e o caráter situado e interessado das escolhas que definem o que será mensurado. Nesse sentido, a objetividade dos indicadores tende a eclipsar o fato de que os próprios objetos das métricas são resultado de seleções orientadas por prioridades e interesses específicos. Quando os ODS são adotados como parâmetro estruturante de impacto social, essa tensão adquire novas camadas. A definição do que conta como pesquisa relevante passa a ser determinada por uma taxonomia construída no âmbito de negociações interestatais, com lógicas, prioridades e conflitos próprios, e frequentemente transposta para o contexto universitário com limitada mediação crítica. A próxima seção examina empiricamente essa transposição e explora as consequências para a visibilidade da produção acadêmica das universidades.

Metodologia: mapeamento bibliométrico da produção acadêmica da PUC-SP

Este estudo realizou um mapeamento bibliométrico da produção acadêmica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) no período de 2017

⁷ O THE utiliza 18 indicadores distribuídos em cinco pilares, atribuindo pesos elevados e equilibrados ao ambiente de ensino, ambiente de pesquisa e qualidade/impacto da pesquisa (30% cada), enquanto a perspectiva internacional e o engajamento com a indústria recebem menor peso. Já o QS baseia-se em seis indicadores principais, com forte ênfase na reputação acadêmica (30%) e de empregadores (15%), somando 45% da pontuação. Outros critérios incluem relação professor/aluno (20%), citações por professor (20%) e, mais recentemente, indicadores de rede de pesquisa internacional, empregabilidade e sustentabilidade (5% cada). As diferenças metodológicas criam vantagens distintas para tipos variados de instituições: universidades intensivas em pesquisa tendem a se beneficiar mais do peso da pesquisa no THE, enquanto instituições menores ou em desenvolvimento podem explorar métricas de internacionalização e proporção docente/discente no QS para ganhos iniciais. (Mukhlisakhon 2025)





a 2021, com base nos critérios de classificação temática desenvolvidos pela plataforma Elsevier (SciVal) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A escolha desse recorte institucional não é arbitrária. O debate sobre o impacto social da produção acadêmica tem ganhado centralidade no contexto brasileiro, como evidenciam as discussões recentes no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre a definição de critérios para esse quesito no sistema de avaliação dos Programas de Pós-Graduação. O documento *Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu*, para o próximo ciclo avaliativo (2025-2028) introduz uma abordagem multidimensional que inclui, explicitamente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como dimensão avaliativa — inclusive o ODS 18 relativo à igualdade étnico-racial, adotado voluntariamente pelo Brasil em 2023 (CAPES 2025). Essa convergência entre a avaliação nacional e os critérios de sustentabilidade dos *rankings* internacionais torna ainda mais urgente o debate sobre as invisibilidades produzidas pela taxonomia dos ODS. Analisar a produção de uma universidade a partir dos mesmos parâmetros utilizados por *rankings* internacionais de sustentabilidade permite confrontar esses critérios com a realidade institucional brasileira.

Construímos uma base de dados com todas as dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas na PUC-SP entre 2017 e 2021, a partir do Repositório de Teses e Dissertações da universidade⁸. A opção por dissertações e teses, em vez de artigos indexados em bases internacionais, é deliberada, pois permite capturar uma parcela significativa da produção acadêmica que permanece invisível em plataformas como o SciVal, cuja cobertura se restringe a periódicos indexados. Trata-se, portanto, de uma escolha metodológica que já incorpora uma dimensão crítica em relação aos critérios dos *rankings*.

A classificação dos trabalhos foi realizada com base nas *strings* de busca disponibilizadas pela Elsevier em 2022, associadas a 16 dos 17 ODS — as mesmas utilizadas como referência pelo *THE Impact Rankings*⁹. Vale mencionar que a metodologia do SciVal deliberadamente não incluiu *strings* de busca para o ODS 17, sob a justificativa de estar associado sobretudo a dinâmicas institucionais. Essas *strings*, elaboradas a partir do julgamento de especialistas e cientistas de dados, foram traduzidas para o português e aplicadas aos resumos das dissertações

⁸ Informações públicas disponíveis em: <https://tede2.pucsp.br/>

⁹ Disponível em: <https://scival.com/sdg>





e teses da PUC-SP¹⁰. Para garantir consistência e replicabilidade, desenvolvemos um algoritmo em Python com funções específicas para cada ODS, responsável por identificar automaticamente os trabalhos associados a cada objetivo. Foram realizados testes de validação, com o objetivo de assegurar a robustez e a acurácia da classificação.

Este estudo replica a metodologia da Elsevier para testar seus limites e dialogar com as críticas discutidas anteriormente. Para isso, adotamos dois movimentos complementares. O primeiro consiste na construção de *strings* de busca para o ODS 17, relativo a parcerias e meios de implementação, pois sua exclusão tende a invisibilizar trabalhos sobre cooperação internacional, ajuda ao desenvolvimento, parcerias multilaterais e governança global, temas centrais em áreas como Relações Internacionais e Gestão Pública. O segundo movimento consiste na construção de *strings* voltadas à desigualdade étnico-racial, tema não incluído nos indicadores selecionados para o ODS sobre desigualdades (ODS 10) e, conseqüentemente, também não incluído nos descritores da Elsevier. O Brasil reconheceu formalmente essa lacuna ao propor, em 2023, o ODS 18, dedicado à igualdade étnico-racial¹¹.

Os termos de busca foram construídos de forma exploratória, tendo como referência as metas oficiais da Agenda 2030 para o ODS 17 (United Nations 2015) e as dimensões consolidadas pela Câmara Temática para o ODS 18, coordenada pelo Ministério da Igualdade Racial, com participação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (CNODS 2025)¹². Os resultados do mapeamento foram disponibilizados por meio de uma interface pública de busca, que permite identificar a vinculação de dissertações e teses da PUC-SP

10 Disponíveis em: https://github.com/j3ffsilva/TedeODS/tree/main/expressões_de_busca

11 A inclusão da questão racial na Agenda 2030 ganhou forma concreta no Brasil em setembro de 2023, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso na abertura da 78ª Assembleia Geral da ONU, anunciou a adoção voluntária pelo Brasil de um 18º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável dedicado à igualdade étnico-racial, com a criação de uma Câmara Temática no âmbito da Comissão Nacional dos ODS (CNODS), coordenada pelo Ministério da Igualdade Racial e pelo Ministério dos Povos Indígenas (CNODS 2023). Essa iniciativa responde a uma lacuna também discutida na literatura: apesar da promessa de "não deixar ninguém para trás", marcadores de raça e etnia foram sistematicamente omitidos dos indicadores práticos dos ODS (Winkler e Satterthwaite 2017; Lezama 2019; Walker et al. 2023), reforçando invisibilidades que afetam desproporcionalmente populações negras e indígenas. A proposta de um ODS 18 busca corrigir esse apagamento, tornando obrigatória a coleta de dados desagregados por raça e etnia e a responsabilização institucional pelo enfrentamento do racismo estrutural (Oliveira, Oliveira e Mueller 2025).

12 As *strings* de busca para os ODS 17 e 18 estão também disponíveis em: https://github.com/j3ffsilva/TedeODS/tree/main/expressões_de_busca



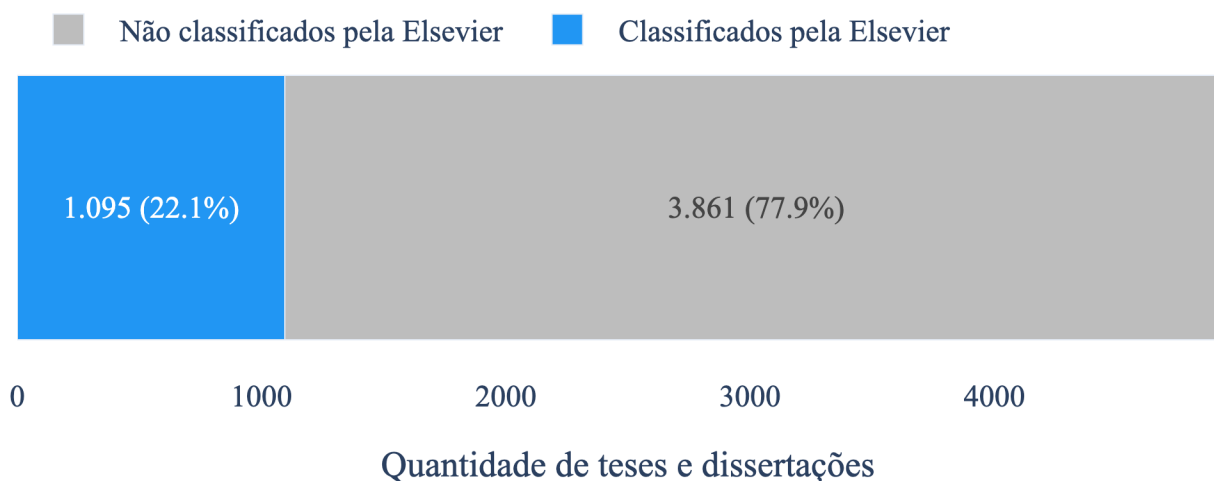


aos ODS. Do ponto de vista técnico, a interface web está integrada a uma API RESTful, responsável por viabilizar consultas dinâmicas e estruturadas aos metadados das produções acadêmicas. A metodologia adotada busca, portanto, não apenas mapear a produção da PUC-SP, mas evidenciar os mecanismos pelos quais os critérios dos *rankings* produzem invisibilidades na produção acadêmica. Embora aplicada aqui a uma instituição específica, a abordagem é transferível a qualquer universidade, o que a torna um instrumento potencialmente útil tanto para a gestão institucional quanto para a crítica comparada dos parâmetros de avaliação adotados pelos *rankings* internacionais de sustentabilidade.

Apresentação e análise dos resultados

Entre 2017 e 2021, a PUC-SP produziu 4.956 dissertações e teses. Deste total, 3.861 — ou 78% do corpus — não foram classificadas como vinculadas a nenhum dos 16 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável contemplados pela metodologia da Elsevier. Esse dado, por si só, antecipa o principal achado desta análise: a maior parte da produção acadêmica da universidade permanece invisível aos instrumentos utilizados pelos *rankings* internacionais de sustentabilidade.

Figura 1. Cobertura de classificação ODS – Elsevier (n = 4.956)



Fonte: Elaboração própria.

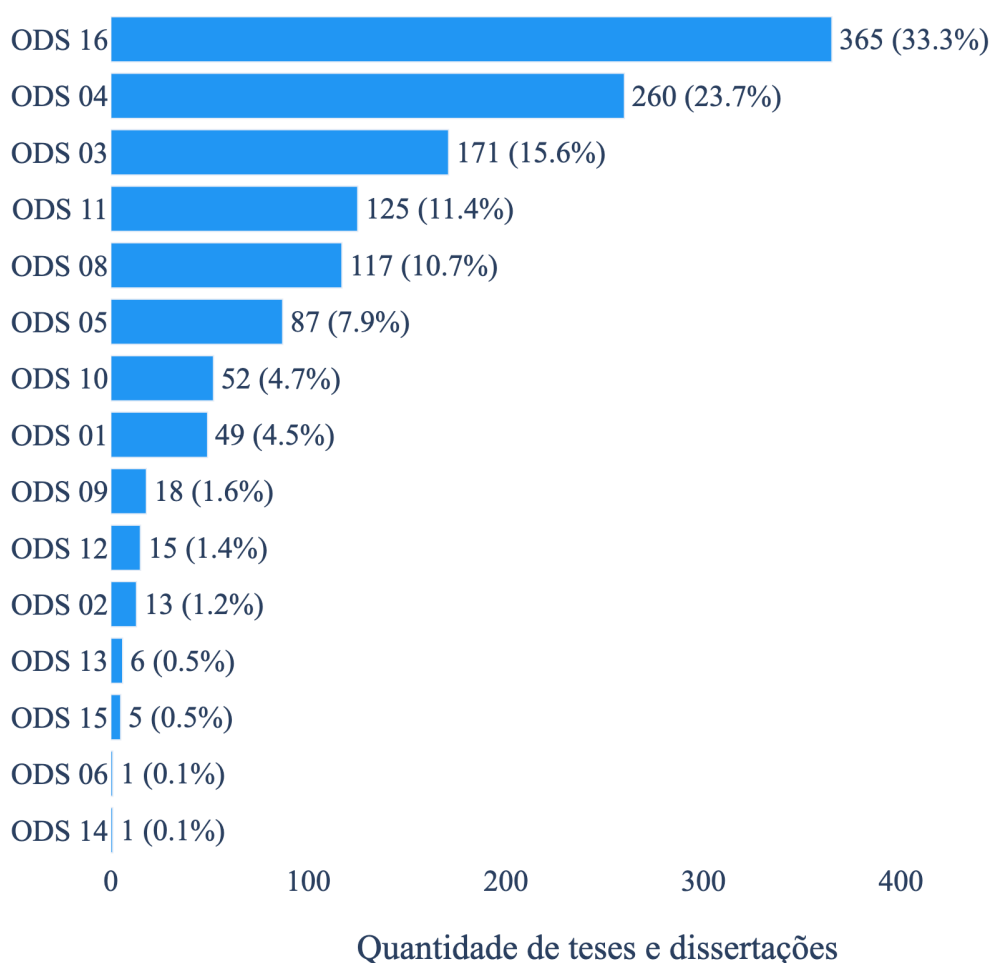
Entre os 1.095 trabalhos classificados, a distribuição por ODS revela padrões que refletem as áreas mais consolidadas da universidade. O ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) concentra 33,3% dos trabalhos relacionados, indicando a





força do campo jurídico. O ODS 4 (Educação de Qualidade) aparece em segundo lugar, com 23,7%, seguido do ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), com 15,6%. Completam os destaques o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis, 11,4%) e o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 10,7%). Em menor escala, aparecem o ODS 5 (Igualdade de Gênero, 7,9%), o ODS 10 (Redução das Desigualdades, 4,7%) e o ODS 1 (Erradicação da Pobreza, 4,5%).

Figura 2. Distribuição dos 1.095 trabalhos classificados por ODS – Elsevier (n = 1.095)



Fonte: Elaboração própria.

O resultado é consistente com a identidade institucional da PUC-SP, marcada pela centralidade das áreas de direito, educação e saúde. A presença de agendas ligadas à equidade e à justiça social — ainda que em menor volume — indica que a universidade produz conhecimento relevante em dimensões frequentemente sub-representadas nos *rankings* internacionais, que tendem a favorecer instituições com produção concentrada nas ciências exatas e tecnológicas.



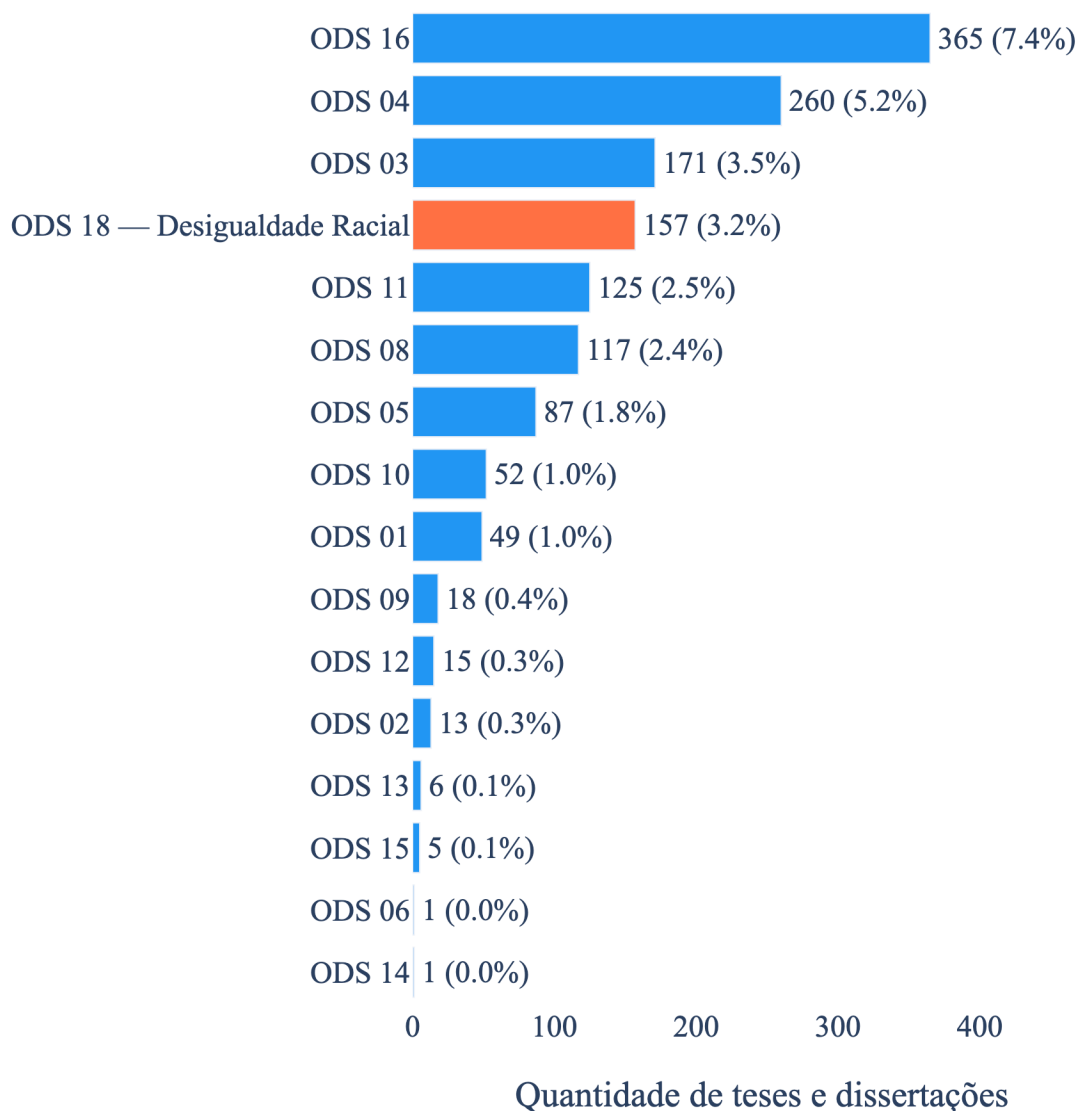


Mais relevante do que essa distribuição, porém, é o que ela não mostra. Os resultados descritos acima dizem respeito apenas ao que a metodologia da Elsevier é capaz de capturar. A ausência de classificação para 78% dos trabalhos admite à primeira vista a interpretação de que a produção acadêmica da PUC-SP teria baixa relevância para os debates sobre sustentabilidade e impacto social. O teste exploratório com as *strings* do ODS 17 e do ODS 18 aponta, contudo, que o problema reside na invisibilidade gerada pelos próprios instrumentos de mensuração e na definição do que conta como relevante para a sustentabilidade. Essa limitação não é exclusiva da metodologia aqui replicada: ao comparar diferentes abordagens bibliométricas de mapeamento dos ODS aplicadas a uma mesma base, Armitage, Lorenz e Mikki (2020) encontraram sobreposição inferior a 25% entre os conjuntos identificados e estimaram que cerca de 20% das publicações em Ciências Sociais podem escapar a esse tipo de mapeamento.

A *string* construída para o ODS 17, contemplando termos como cooperação internacional, governança global, multilateralismo, transferência de tecnologia e ajuda ao desenvolvimento, identificou 25 trabalhos no corpus. O número é modesto, mas não indica baixa produção sobre esses temas. Ele revela, sobretudo, a dificuldade de operacionalizar bibliometricamente um objetivo cujos temas são intrinsecamente relacionais e institucionais, resistindo à captura por palavras-chave isoladas, o que em parte explica, mas não justifica, sua exclusão da taxonomia da Elsevier. Os termos que mais frequentemente geraram *matches* incluem variações de “comércio internacional”, “cooperação internacional”, “governança global” e “sistema financeiro internacional”. Já a *string* construída para o ODS 18, com termos como racismo, racismo estrutural, discriminação racial, população negra, quilombola, ações afirmativas, negritude e interseccionalidade, identificou 157 trabalhos, ou 3,2% do corpus total, sem nenhuma sobreposição com os identificados pela *string* do ODS 17. Esse resultado coloca o ODS 18 na 4ª posição entre todos os objetivos mapeados.



Figura 3. Distribuição por ODS – Elsevier e Desigualdade Racial (ODS 18)



Fonte: elaboração própria.

O resultado é expressivo, evidenciando simultaneamente a presença consistente desse tema na produção acadêmica da PUC-SP e sua completa invisibilidade na metodologia da Elsevier, que não contempla a dimensão racial nos descritores do ODS 10 (Redução das Desigualdades). Trabalhos como *Trajetórias de jovens negros egressos do ensino superior e desigualdade social*, *Igualdade e cotas raciais* e *Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e o Processo de escolarização de mulheres negras na Primeira República* — produzidos respectivamente nas áreas de sociologia, direito e educação — ilustram a diversidade disciplinar dessa produção e a relevância social dos temas abordados. O fato de que pesquisas sobre cotas raciais, desigualdade educacional e história da população negra





brasileira não sejam captadas por nenhum ODS não reflete ausência de impacto social, reflete uma lacuna na própria arquitetura dos indicadores.

Tomados em conjunto, os dois movimentos complementares identificaram 182 trabalhos adicionais — 25 relacionados ao ODS 17 e 157 à desigualdade racial, sem sobreposição entre os dois conjuntos. Mais relevante do que o número absoluto, porém, é o que a verificação cruzada com a classificação original da Elsevier revela: dos 182 trabalhos, ao menos 119 não haviam sido classificados por nenhum dos 16 ODS contemplados pela referida metodologia, ou seja, eram invisíveis para os *rankings* antes da aplicação das *strings* complementares. A distribuição temática dos 157 trabalhos identificados pela *string* da desigualdade racial aprofunda esse argumento. A maior parte concentra-se em duas grandes áreas: literatura e cultura afro-brasileira (32,5%) e educação e relações raciais (29,9%), seguidas por direito e políticas públicas (14%). Essa distribuição revela que a invisibilidade racial na taxonomia da Elsevier afeta transversalmente áreas centrais da missão de uma universidade com perfil social e humanístico como a PUC-SP. Pesquisas sobre cotas raciais, implementação da Lei 10.639/03, identidade de jovens negros no ensino superior, racismo institucional e literatura afro-brasileira tratam de questões com alta relevância social e forte ancoragem na realidade brasileira, e são invisíveis a uma taxonomia construída a partir de negociações intergovernamentais que não incorporaram a dimensão étnico-racial como elemento de uma agenda de sustentabilidade.

O caso do ODS 17 evidencia um problema de natureza distinta, mas igualmente estrutural. A dificuldade de operacionalizar bibliometricamente um objetivo centrado em parcerias e meios de implementação não é uma limitação técnica menor — ela exclui sistematicamente um campo inteiro de pesquisa. Dos 25 trabalhos identificados, os temas predominantes incluem comércio internacional, cooperação Sul-Sul, governança global e regulação financeira internacional: agendas centrais em programas como Relações Internacionais e Gestão Pública, e com clara relevância para os debates sobre desenvolvimento sustentável. A decisão da Elsevier de associar o ODS 17 exclusivamente à dimensão institucional reflete uma interpretação específica do objetivo que, transposta para os *rankings*, apaga contribuições relevantes de áreas como Relações Internacionais.

Esses achados nos permitem reafirmar com base empírica o argumento central do artigo. O problema dos *rankings* acadêmicos de sustentabilidade é que as escolhas que orientam esses instrumentos produzem invisibilidades que tendem a apagar justamente as agendas de pesquisa mais vinculadas a contextos



locais, a realidades do Sul Global e a questões que não foram incorporadas ao consenso normativo da Agenda 2030. O resultado, no plano dos *rankings*, é uma imagem distorcida da produção acadêmica universitária, que não reflete ausência de impacto social, mas ausência de encaixe em uma taxonomia construída sem considerar realidades como a brasileira.

Considerações finais

Retomando a questão de pesquisa formulada na introdução, este artigo analisou como os *rankings* internacionais de sustentabilidade aplicados às universidades, ao adotarem os ODS como referência estruturante de impacto social, tendem a produzir invisibilidades sistemáticas na produção acadêmica universitária. A análise da produção da PUC-SP entre 2017 e 2021 permitiu demonstrar esse problema empiricamente, a partir de duas dimensões complementares.

A primeira dimensão diz respeito ao que a metodologia da Elsevier captura. Dos 4.956 trabalhos analisados, apenas 1.095 — ou 22,1% do corpus — foram classificados como vinculados a algum ODS. Esse resultado levanta questões sobre a adequação dos instrumentos de mensuração, pois não é razoável supor que 78% da produção acadêmica de uma universidade com forte perfil social e humanístico seja irrelevante para os debates sobre sustentabilidade e impacto social.

A segunda dimensão diz respeito ao que essa metodologia deliberadamente exclui. A construção de *strings* complementares para o ODS 17 e para o ODS 18, relativo à questão étnico-racial, revelou que agendas de pesquisa inteiras — sobre cooperação internacional, governança global, racismo estrutural, cotas raciais e história da população negra — permanecem completamente invisíveis para os *rankings*. No caso da desigualdade racial, 157 trabalhos foram identificados com *strings* relativamente simples, evidenciando que a omissão não é uma limitação técnica, mas uma escolha com consequências políticas e institucionais. Essa invisibilidade revela tensões presentes no próprio processo de negociação dos ODS, no qual demandas do Sul Global por objetivos específicos, como a igualdade étnico-racial, não foram incorporadas à Agenda 2030.

Esses achados têm implicações para diversos atores. Para os criadores dos *rankings*, os resultados apontam para a necessidade de maior transparência e pluralismo metodológico. Isso envolve tornar as escolhas que orientam a construção



das *strings* de busca públicas e revisáveis, incorporar perspectivas do Sul Global na definição dos descritores e reconhecer que a ausência de classificação não equivale à ausência de impacto. Para as universidades brasileiras, tendo em vista que os *rankings* de sustentabilidade se consolidaram como fato social com impacto real sobre reputação, financiamento e cooperação internacional, a questão é como se engajar com esses instrumentos de modo a preservar pensamento crítico e produção de conhecimento relevante para a sociedade na qual estão inseridas. A metodologia desenvolvida neste estudo oferece uma contribuição para essa reflexão: ao aplicar as próprias *strings* da Elsevier ao repositório institucional e construir *strings* complementares para as lacunas identificadas, as universidades podem produzir um diagnóstico preciso do que os *rankings* enxergam e do que sistematicamente invisibilizam em sua produção, base para um engajamento crítico com esses instrumentos sem renunciar a temas relevantes para sua identidade acadêmica.

Esse debate é especialmente relevante no contexto da pós-graduação brasileira, no momento em que as instituições de ensino superior e a própria CAPES discutem critérios de avaliação de impacto social como elemento central da avaliação dos programas de pós-graduação. É fundamental dimensionar o impacto social da produção acadêmica, afinal, a produção de conhecimento da universidade precisa estar em diálogo com a sociedade. A questão é como desenvolver formas de mensurar e avaliar esse impacto que consigam enxergar uma pluralidade de temas, campos e especificidades de países do Sul Global que não são capturados pelos instrumentos dominantes da agenda global. As diretrizes recentes da CAPES incorporam esse tensionamento, pois ao mesmo tempo em que incluem os ODS como referência para a avaliação de impacto dos programas de pós-graduação, reafirmam outras formas de avaliação, como os casos de impacto, a extensão universitária e a popularização da ciência (CAPES 2025).

Por fim, este estudo aponta para uma agenda de pesquisa em aberto. Em primeiro lugar, resta investigar outras invisibilidades além das aqui documentadas. Este foi um exercício exploratório a partir de dois elementos relativamente modestos: um objetivo já existente formalmente na Agenda 2030, o ODS 17, e outro reconhecido formalmente pelo Brasil, o ODS 18. Há, no entanto, inúmeras outras perspectivas invisibilizadas que merecem atenção — como as demandas por um ODS 19 dedicado à cultura, à arte e à comunicação, ou por um ODS 20 voltado aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, entre outras possibilidades de temas não cobertos pelos instrumentos dominantes. Em segundo





lugar, resta investigar em que medida as invisibilidades aqui documentadas para a PUC-SP — e eventualmente essas outras perspectivas — se reproduzem em outras universidades brasileiras e do Sul Global, o que transformaria os achados deste estudo de um caso institucional em evidência de um padrão estrutural.

Referências

- Armitage, Caroline S., Marta Lorenz, e Susanne Mikki. 2020. “Mapping Scholarly Publications Related to the Sustainable Development Goals: Do Independent Bibliometric Approaches Get the Same Results?” *Quantitative Science Studies*. 1 (3): 1092–1108 https://doi.org/10.1162/qss_a_00071.
- Axel-Berg, Justin. 2018. “Indicadores para Efeito de Comparação Internacional no Ensino Superior Brasileiro”. In *Repensar a Universidade: Desempenho Acadêmico e Comparações Internacionais*, organizado por Jacques Marcovitch, 111–130. São Paulo: Com-Arte; FAPESP.
- Bautista-Puig, Núria, Enrique Orduña-Malea, e Carmen Perez-Esparrells. 2021. “Enhancing Sustainable Development Goals or Promoting Universities? An Analysis of the Times Higher Education Impact Rankings.” *International Journal of Sustainability in Higher Education* 23, no. 8, 211–231. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-07-2021-0309>.
- Bédard-Vallée, Alexandre, Chris James, e Guillaume Roberge. 2023. *Elsevier 2023 Sustainable Development Goals (SDGs) Mapping*. Elsevier Data Repository, V1. <https://elsevier.digitalcommonsdata.com/datasets/y2zyy9vwzy/1>.
- Broome, André, e Joel Quirk. 2015. “Governing the World at a Distance: The Practice of Global Benchmarking.” *Review of International Studies* 41 (5): 819–841. <https://doi.org/10.1017/S0260210515000340>
- CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2025. *Diretrizes Comuns da Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu: Ciclo Avaliativo 2025-2028*. Brasília: Diretoria de Avaliação, CAPES. https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19052025_20250502_DocumentoReferencial_FICHA.pdf.
- Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). 2023. *Resolução nº 02/CNODS, de 20 de dezembro de 2023: Institui a Câmara Temática para o Décimo Oitavo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável sobre Igualdade Étnico-Racial na Agenda 2030*. Brasília: Presidência da República. <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/resolucoes/Resolucao2ODS18IgualdadeEtnicoRacial.pdf>.





- Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). 2025. *Metas e Indicadores do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18: síntese do processo de construção*. Brasília: MIR; CNODS.
- Daraio, Cinzia, Andrea Bonaccorsi, e Léopold Simar. 2015. “Rankings and University Performance: A Conditional Multidimensional Approach.” *European Journal of Operational Research* 244 (3): 918–930. <https://ideas.repec.org/a/eee/ejores/v244y2015i3p918-930.html>.
- Davis, Kevin E., Angelina Fisher, Benedict Kingsbury, e Sally Engle Merry, orgs. 2012. *Governance by Indicators: Global Power through Quantification and Rankings*. Oxford: Oxford University Press.
- Declaration on Research Assessment (DORA). s.d. *Read the Declaration*. DORA <https://sfdora.org/read/>.
- De la Poza, Elena, Paloma Merello, Antonio Barberá, e Alberto Celani. 2021. “Universities’ Reporting on SDGs: Using THE Impact Rankings to Model and Measure Their Contribution to Sustainability.” *Sustainability* 13 (4): 2038. <https://doi.org/10.3390/su13042038>.
- Fukuda-Parr, Sakiko. 2019. “Keeping Out Extreme Inequality from the SDG Agenda — The Politics of Indicators.” *Global Policy* 10 (S1): 61–69. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12602>
- Fukuda-Parr, Sakiko, e Desmond McNeill. 2019. “Knowledge and Politics in Setting and Measuring the SDGs: Introduction to Special Issue.” *Global Policy* 10 (S1): 5–15. <https://www.globalpolicyjournal.com/articles/development-inequality-and-poverty/knowledge-and-politics-setting-and-measuring-sdgs>.
- Gadd, Elizabeth. 2021. “Mis-Measuring Our Universities: Why Global University Rankings Don’t Add Up”. *Frontiers in Research Metrics and Analytics* 6: 680023. <https://doi.org/10.3389/frma.2021.680023>.
- Garcia, Ronaldo Coutinho. 2005. “Objetivos do Milênio e Desenvolvimento no Brasil” *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise* 10: 179–184.
- Hicks, Diana, Paul Wouters, Ludo Waltman, Sarah de Rijcke, e Ismael Rafols. 2015. “Bibliometrics: The Leiden Manifesto for Research Metrics”. *Nature* 520: 429–431. <https://doi.org/10.1038/520429a>.
- Leal Filho, Walter, Laís Viera Trevisan, Zujaja Wahaj, Denner Déda Araújo Nunes, Claudio Ruy Portela de Vasconcelos, Thais Aparecida Dibbern, Valeria Ruiz Vargas, et al. 2024. “University Rankings and Sustainable Development: The State of the Art.” *International Journal of Sustainability in Higher Education*. Publicação antecipada. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-11-2023-0530>.





- Lee, Jack T., e Rajani Naidoo. 2021. “Complicit Reproductions in the Global South: Courting World Class Universities and Global Rankings.” In *World Class Universities: A Contested Concept*, organizado por S. Rider, M. A. Peters, M. Hyvönen, e T. Besley, 77–91. Singapura: Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-15-7598-3_6
- Lezama, Paula. 2019. “The Millennium Development Goals/Sustainable Development Goals and Afro-Descendants in the Americas: An (Un)intended Trap.” Em *Comparative Racial Politics in Latin America*, organizado por Kwame Dixon e Ollie A. Johnson III. New York: Routledge.
- Marcovitch, Jacques. 2018. “Monitoramento das Métricas de Desempenho Acadêmico.” Em *Repensar a Universidade: Desempenho Acadêmico e Comparações Internacionais*, organizado por Jacques Marcovitch, 95–110. São Paulo: Com-Arte; FAPESP.
- Mukhlisakhon, Mamajonova. 2025. “Decoding International University Rankings: A Comparative Analysis of THE and QS Methodologies.” *American Journal of Economics and Business Management* 8 (5): 2368–2380. <https://www.globalresearchnetwork.us/index.php/ajebm>.
- Ndofirepi, Amasa. 2017. “African Universities on a Global Ranking Scale: Legitimation of Knowledge Hierarchies?” *South African Journal of Higher Education* 31 (1): 155–174. <https://doi.org/10.20853/31-1-1071>.
- Ojeda Medina, T. 2020. “El Rol Estratégico de los Gobiernos Locales y Regionales en la Implementación de la Agenda 2030: Experiencias desde la Cooperación Sur-Sur y Triangular.” *Oasis* 31: 9–29. <https://doi.org/10.18601/16577558.n31.03>.
- Oliveira, Taritza Dorn de, Tarcisio Dorn de Oliveira, e Airton Adelar Mueller. 2025. “Social Inequality and Exclusion: The Importance of an SDG (Goal 18) to Combat Structural Racism.” *Revista de Gestão Social e Ambiental* 19 (8): e013137. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v19n8-038>.
- Ortiz-Moya, F., e M. Reggiani. 2023. “Contributions of the Voluntary Local Review Process to Policy Integration: Evidence from Frontrunner Cities.” *npj Urban Sustainability* 3 (22). <https://doi.org/10.1038/s42949-023-00101-4>.
- Righetti, Sabine. 2018. “Avaliar para Comparar: Os Rankings Britânico e Chinês no Ensino Superior Global.” In *Repensar a Universidade: Desempenho Acadêmico e Comparações Internacionais*, organizado por Jacques Marcovitch. São Paulo: Com-Arte; FAPESP.
- Righetti, Sabine, e Estevão Gamba. 2019. “Categorização do Ensino Superior no Brasil: Diversidade e Complementaridade.” In *Repensar a Universidade II: Impactos para a Sociedade*, organizado por Jacques Marcovitch, 139–157. 1. ed. São Paulo: Com-Arte; FAPESP.





- Silva, Samanthi. 2021. "Corporate Contributions to the Sustainable Development Goals: An Empirical Analysis Informed by Legitimacy Theory." *Journal of Cleaner Production* 292. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.125962>.
- Smolennikov, Denys, Inna Makarenko, Robert Bacho, Viktoriia Makarovych, Zhanna Oleksich, Mykola Gorodysky, e Iryna Polishchuk. 2024. "Do Higher Education Institutions Contribute to Countries' SDG Progress: Evidence from University Rankings." *Knowledge and Performance Management* 8 (1): 133–148. [https://doi.org/10.21511/kpm.08\(1\).2024.10](https://doi.org/10.21511/kpm.08(1).2024.10).
- Suri, Narang S., M. Miraglia, e A. Ferrannini. 2021. "Voluntary Local Reviews as Drivers for SDG Localisation and Sustainable Human Development." *Journal of Human Development and Capabilities* 22 (4): 725–736. <https://doi.org/10.1080/19452829.2021.1986689>.
- THE – Times Higher Education. 2021. *Impact Rankings Methodology 2022*. Version 1.3.
- United Nations. 2015. *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. Resolution A/RES/70/1. New York: United Nations. <https://docs.un.org/en/A/RES/70/1>.
- Walker, Sharon, Leon Tikly, Krystal Strong, Derron Wallace, e Crain Soudien. 2023. "The Case for Educational Reparations: Addressing Racial Injustices in Sustainable Development Goal 4". *International Journal of Educational Development* 103: 102933. <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2023.102933>.
- Wilsdon, James, Liz Allen, Eleonora Belfiore, Philip Campbell, Stephen Curry, Steven A. Hill, Richard Jones, et al. 2015. *The Metric Tide: Report of the Independent Review of the Role of Metrics in Research Assessment and Management*. HEFCE. DOI: [10.13140/RG.2.1.4929.1363](https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4929.1363).
- Winkler, Inga T., e Margaret L. Satterthwaite. 2017. "Leaving No One Behind? Persistent Inequalities in the SDGs." *The International Journal of Human Rights* 21 (8): 1069–1085. <https://doi.org/10.1080/13642987.2017.1348702>.
- Wolhuter, Christoffel C. 2022. "Rankings and the Pursuit of the Sustainable Development Goals (SDGs) by Universities: An Analysis of the Times Higher Education (THE) Impact Rankings." *Perspectives in Education* 40 (3): 1–13.